

**IOCHPE-MAXION S.A.**  
**Companhia Aberta de Capital Autorizado**  
**CNPJ n.º 61.156.113/0001-75**  
**NIRE 35.300.014.022**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE  
DEBENTURISTAS DA NONA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DE IOCHPE-  
MAXION S.A.**

Prezados Senhores Debenturistas,

Apresentamos, a seguir, a Proposta da Administração ("Proposta da Administração") de Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), contendo as informações pertinentes às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral de Debenturistas da **Nona** Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Companhia, a ser realizada em **26 de junho de 2020, às 11h**, conforme edital de convocação divulgado em 10 de junho de 2020.

Termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta Proposta da Administração que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Nona Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 9 de janeiro de 2019, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), conforme aditado em 11 de fevereiro de 2019 ("Escritura de Emissão").

## **Índice**

1.	Ordem do Dia.....	1
1.1	Matérias da Ordem do Dia.....	1
1.2	Autorização para Concessão de Renúncia e Perdão Temporários.....	2
1.3	Autorização para o Agente Fiduciário e a Companhia.....	8
2.	Justificativa .....	8
3.	Documentos e Informações Necessários à Análise desta Proposta da Administração.....	8
4.	Instruções Gerais para Participação na Assembleia Geral de Debenturistas.....	8
4.1	Participação por Meio de Instrução de Voto a Distância .....	8
4.2	Participação e Voto a Distância Durante a Assembleia Geral de Debenturistas por Meio de Sistema Eletrônico.....	10

## **1. Ordem do Dia**

### **1.1 Matérias da Ordem do Dia**

A Assembleia Geral de Debenturistas foi convocada para deliberar sobre:

- (i) Concessão de renúncia e perdão temporários prévios para a eventual não observância do Índice Financeiro pela Companhia, com relação às Datas de Referência de 30 de junho de 2020, 31 de dezembro de 2020, 30 de junho de 2021, 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 ("Período da Renúncia"), sem que haja a configuração do Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 7.26.2, inciso XVIII, da Escritura de Emissão, com a observância das condições resolutivas, nos termos do artigo 127 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil) ("Condições Resolutivas"), disponibilizadas através desta Proposta da

Administração, de modo que a deliberação prevista neste item deixará de vigorar a partir da data de verificação de qualquer das Condições Resolutivas, sem qualquer efeito retroativo.

- (ii) Autorização para que o Agente Fiduciário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas.

## 1.2 Autorização para Concessão de Renúncia e Perdão Temporários

- 1.2.1 Para a aprovação da matéria prevista no item 1.1(i) acima, a Companhia propõe as seguintes Condições Resolutivas, de modo que a deliberação prevista no item 1.1(i) acima deixará de vigorar a partir da data de verificação de qualquer das Condições Resolutivas elencadas a seguir, sem qualquer efeito retroativo:

- (i) Inadimplemento do pagamento, pela Companhia aos Debenturistas, de vantagem adicional ("Vantagem Adicional"), incidente sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, desde a então mais recente data de pagamento da Remuneração aplicável até a data do efetivo pagamento, calculada de acordo com a tabela abaixo para as Datas de Referência durante o Período de Renúncia, observado o disposto nas alíneas abaixo.

Índice Financeiro	Vantagem Adicional
Igual ou inferior a 3,50 vezes	Não aplicável
Maior que 3,50 vezes e igual ou inferior a 5,00 vezes	0,500%
Maior que 5,00 vezes e igual ou inferior a 6,50 vezes	0,875%
Maior que 6,50 vezes e igual ou inferior a 8,00 vezes	1,250%
Maior que 8,00 vezes	1,500%

- (a) Para fins de determinação do percentual aplicável da Vantagem Adicional, o Índice Financeiro permanecerá sendo calculado, nas Datas de Referência durante o Período da Renúncia, nos termos da Escritura de Emissão, observado que os Ajustes não estarão sujeitos aos limites monetários previstos na definição de EBITDA Ajustado.
- (b) A Vantagem Adicional será paga no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de entrega ao Agente Fiduciário do relatório específico de apuração do Índice Financeiro a que se refere a Cláusula 8.1, inciso II, alínea (a), da Escritura de Emissão.
- (c) Farão jus ao recebimento da Vantagem Adicional aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- (d) O pagamento da Vantagem Adicional, com relação às Debêntures que (I) estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da B3, devendo a B3 ser informada com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data de pagamento; e (II) não estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriurador.
- (ii) O Índice Financeiro, calculado nos termos do item 1.2.1(i)(a) acima, ser maior que o disposto a seguir, caso em que, verificada a ocorrência da Condição

Resolutiva prevista neste item 1.2.1(ii), não será devido, pela Companhia, o pagamento da Vantagem Adicional relativa à Data de Referência em questão:

- (a) na Data de Referência de 31 de dezembro de 2021, 6,00 vezes;
  - (b) na Data de Referência de 30 de junho de 2022, 4,50 vezes; ou
  - (c) em qualquer Data de Referência durante o Período de Renúncia, se houver, outro índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA da Companhia, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, que (I) a Companhia esteja obrigada a observar na Data de Referência em questão ou em qualquer outra data durante o Período de Renúncia, nos termos de qualquer outro instrumento de dívida celebrado pela Companhia então vigente; e (II) seja mais restritivo para a Companhia do que aquele que lhe seria aplicável nos termos das presentes Condições Resolutivas.
- (iii) Não observância, pela Companhia, de índice de liquidez resultante da divisão do Caixa (conforme definido abaixo) pela Dívida de Curto Prazo (conforme definido abaixo) ("Índice de Liquidez") igual ou superior ao disposto a seguir, a ser calculado pela Companhia em cada Data de Referência durante o Período de Renúncia, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a cada Data de Referência em questão, observado o disposto nas alíneas abaixo.

Data de Referência	Índice de Liquidez
30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020	0,50
30 de junho de 2021	0,70
31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022	0,80

- (a) Para os fins deste item:
- (I) "Caixa" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a uma Data de Referência durante o Período de Renúncia, o somatório das rubricas "caixa ou equivalentes de caixa" e "aplicações financeiras", observando-se que se, na Data de Referência em questão, uma Controlada da Companhia que consolidava nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas à Data de Referência de 30 de junho de 2020 deixar de assim consolidar, estando reportada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas à Data de Referência em questão pelo método da equivalência patrimonial, então, para fins de cálculo de Caixa na referida Data de Referência, deverá ser atribuído efeito *pro-forma* à referida Controlada, de forma a considerá-la como se consolidada fosse em proporção à então participação societária detida, direta e indiretamente, pela Companhia na referida Controlada; e
  - (II) "Dívida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a uma Data de Referência durante o Período de Renúncia, sem duplicidade, o somatório dos empréstimos e financiamentos financeiros da Companhia do circulante, observando-se que se, na Data de Referência em questão, uma

Controlada da Companhia que consolidava nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas à Data de Referência de 30 de junho de 2020 deixar de assim consolidar, estando reportada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas à Data de Referência em questão pelo método da equivalência patrimonial, então, para fins de cálculo da Dívida de Curto Prazo na referida Data de Referência, deverá ser atribuído efeito *pro-forma* à referida Controlada, de forma a considerá-la como se consolidada fosse em proporção à então participação societária detida, direta e indiretamente, pela Companhia na referida Controlada.

- (b) O cálculo do Índice de Liquidez deverá ser apresentado ao Agente Fiduciário nos mesmos prazos que aqueles previstos na Cláusula 8.1, inciso II, alínea (a), da Escritura de Emissão.
- (c) O Índice de Liquidez não precisará ser apresentado ao Agente Fiduciário caso o Índice Financeiro relativo à mesma Data de Referência, calculado nos termos do item 1.2.1(i)(a) acima, seja igual ou inferior a 3,50 vezes.
- (iv) Constituição, pela Companhia ou qualquer de suas Controladas (exceto pelas Controladas Não Consolidadas) de qualquer Ônus sobre qualquer de seus ativos, presentes ou futuros, durante o Período de Renúncia, exceto:
  - (a) pelos seguintes Ônus, que são desde já permitidos:
    - (I) qualquer Ônus cuja constituição seja obrigatória por lei e incorrida no curso normal de seus negócios ou para os quais tenha sido constituída uma reserva ou outro provisionamento adequado, se for o caso, conforme exigido pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS), incluindo, sem limitação, ônus com transportes, armazéns, materiais ou maquinários, e quaisquer outros gravames similares que tenham surgido no curso normal dos negócios, em cada caso, por quantias ainda não devidas ou que estejam sendo contestadas de boa-fé por ação ou processos apropriados;
    - (II) qualquer Ônus constituído no âmbito de processos judiciais, administrativos ou arbitrais;
    - (III) qualquer Ônus constituído para garantir, de forma direta ou indireta, empréstimos concedidos, direta ou indiretamente, por International Finance Corporation (IFC), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. ou qualquer outra agência governamental ou agência internacional de desenvolvimento multilateral ou qualquer instituição financeira atuando como agente dessas agências para repasse de recursos, incluindo Ônus constituído para garantir fianças bancárias concedidas no âmbito de tais empréstimos;
    - (IV) qualquer Ônus já existente na data da Assembleia Geral de Debenturistas;
    - (V) qualquer Ônus constituído exclusivamente com a finalidade de garantir o pagamento, no todo ou em parte, do preço de aquisição de ativos imobilizados, intangíveis ou direitos de uso adquiridos, construídos ou objeto de benfeitorias pela Companhia ou qualquer de suas Controladas, desde que:

- (A) tal Ônus esteja vinculado a tais ativos no prazo de até 30 (trinta) dias após sua aquisição ou conclusão de sua construção ou benfeitoria;
- (B) qualquer dívida garantida por tal Ônus não exceda 100% (cem por cento) do custo de aquisição, construção ou benfeitoria de tais ativos; e
- (C) tal Ônus não recaia sobre quaisquer ativos que não (y) os ativos imobilizados, intangíveis ou direitos de uso adquiridos, construídos ou objeto da benfeitoria; ou (z) outros ativos imobilizados, intangíveis ou direitos de uso cujo valor contábil na data da constituição de tal Ônus, quando somado ao valor contábil na mesma data de todos os outros ativos imobilizados, intangíveis ou direitos de uso sujeitos a Ônus constituído e existente nos termos deste item (C), não exceda US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas;
- (VI)** penhor ou depósitos constituídos para garantir o pagamento do seguro contra doenças e acidentes de trabalho (ou participar de qualquer fundo relacionado ao seguro contra doenças e acidentes de trabalho), seguro-desemprego, pensões ou programas de previdência social incorridos no curso normal dos negócios;
- (VII)** qualquer Ônus:
- (A) constituído no curso normal dos negócios em relação à compra ou ao transporte de mercadorias ou ativos (ou seus bens relacionados ou proventos) a favor do vendedor ou do remetente desses bens ou ativos, desde que tal Ônus seja vinculado exclusivamente a essas mercadorias ou ativos; ou
- (B) em favor das autoridades alfandegárias e fiscais, decorrentes de lei, para garantir o pagamento de direitos aduaneiros relacionados à importação de mercadorias;
- (VIII)** qualquer Ônus, direito de compensação ou outro Ônus similar existente apenas com relação a valores monetários e outros investimentos depositados em uma ou mais contas mantidas pela ou em nome da Companhia ou suas Controladas, em cada caso concedido no curso normal dos negócios, a favor do banco ou bancos com os quais essas contas são mantidas, garantindo apenas valores devidos a esse banco no que diz respeito a acordos de gestão de caixa e de contas operacionais;
- (IX)** qualquer Ônus garantindo dívida devida pela Companhia ou qualquer de suas Controladas (que não sejam Controladas Não Consolidadas) à Companhia ou qualquer de suas Controladas (que não sejam Controladas Não Consolidadas);
- (X)** qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou ativos de uma pessoa, que se funda ou seja incorporada, ou se torne uma subsidiária, da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, desde que tal Ônus (A) exista no momento da conclusão da operação ou no momento em que tal pessoa se torne uma Controlada, conforme o caso; (B) não se estenda a qualquer outro ativo ou ativos de propriedade da Companhia, de qualquer de suas Controladas ou da pessoa em questão; e (C) não seja

constituído como resultado ou em razão de, ou em antecipação a, tal operação;

- (XI) qualquer Ônus sobre qualquer ativo existente quando da aquisição de tal ativo, desde que tal Ônus (A) não seja constituído como resultado ou em razão de tal aquisição, ou em antecipação a essa aquisição; e (B) não se estenda a quaisquer outros ativos de propriedade da Companhia ou de qualquer de suas Controladas;
- (XII) servidões, direitos de passagem, restrições, portarias municipais e de zoneamento, pequenos defeitos ou irregularidades de titularidade e outros ônus e gravames semelhantes que não garantam dívida e não interfiram em nenhum aspecto relevante nos negócios da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, e que estejam em condições costumeiras e usuais aplicáveis a bens semelhantes;
- (XIII) qualquer Ônus garantindo quaisquer instrumentos derivativos que promovam cobertura contra flutuações no preço da compra de matérias-primas, tais como aço e alumínio, e que não sejam celebrados para fins especulativos;
- (XIV) qualquer Ônus sobre recebíveis que garantam dívida sob qualquer linha de crédito ou financiamento estruturado de exportação ou importação ou outra operação comercial da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, desde que o montante agregado dos recebíveis que garantem tal dívida não ultrapasse, em qualquer momento, o valor de US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em outras moedas;
- (XV) qualquer Ônus que garanta dívida, contanto que, no máximo, 15% (quinze por cento) da dívida bruta consolidada da Companhia esteja garantida por Ônus constituídos nos termos deste item (XV), e, para evitar dúvidas, qualquer Ônus que seja permitido nos termos deste item (XV) continuará a ser permitido, independentemente de qualquer alteração subsequente na dívida bruta consolidada da Companhia, posteriormente à constituição do Ônus;
- (XVI) qualquer prorrogação, renovação ou substituição (ou prorrogações, renovações ou substituições sucessivas), no todo ou em parte, de qualquer Ônus descrito nos itens (IV), (V), (X) e (XI) acima, desde que o valor principal da dívida garantida, resultante do prolongamento, renovação ou substituição, não exceda o valor principal da dívida garantida apurada no momento de tal prorrogação, renovação ou substituição (somando prêmios, juros e despesas razoáveis incorridas em razão dessa prorrogação, renovação ou substituição) e que tal prorrogação, renovação ou substituição de Ônus fique limitada ao todo ou parte do ativo ou ativos (ou, no caso de recebíveis, recebíveis de mesma natureza e tipo semelhante) que foram sujeitos ao Ônus objeto de prolongamento, renovação ou substituição (somando benfeitorias ou adições realizadas nesse ativo ou ativos); e

- (XVII) qualquer Ônus se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (b) se referido Ônus for compartilhado com os Debenturistas, na proporção de seus respectivos créditos, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis; ou
- (c) se for constituído Ônus em favor dos Debenturistas sobre outros ativos no mesmo montante dos ativos objeto dos Ônus, até o limite máximo do saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis.
- (v) Distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia durante o Período de Renúncia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), nos termos do estatuto social da Companhia vigente na data da Assembleia Geral de Debenturistas, observado que os dividendos obrigatórios relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, se houver, somente poderão ser pagos após o término do Período de Renúncia.
- (vi) Recompra, pela Companhia, de ações de sua própria emissão durante o Período de Renúncia.
- (vii) Realização, pela Companhia, de resgate antecipado facultativo, nos termos da Cláusula 7.16 da Escritura de Emissão, ou amortização extraordinária facultativa, nos termos da Cláusula 7.17 da Escritura de Emissão, durante o Período de Renúncia, sem o pagamento, pela Companhia aos Debenturistas, de percentual adicional a ser acrescido ao percentual aplicável para cálculo do prêmio previsto na Escritura de Emissão, na forma do disposto abaixo ("Percentual Adicional"), a ser pago na mesma data e da mesma forma do percentual aplicável:

(a) Com relação às Debêntures da Primeira Série:

Período	Percentual Adicional
Entre 30 de junho de 2020, inclusive, e 11 de fevereiro de 2021, exclusive	0,45%
Entre 11 de fevereiro de 2021, inclusive, e 30 de junho de 2022, inclusive	0,60%

(b) Com relação às Debêntures da Segunda Série:

Período	Percentual Adicional
Entre 11 de fevereiro de 2022, inclusive, e 30 de junho de 2022, inclusive	0,45%

- 1.2.2** Na hipótese (i) da aprovação da deliberação prevista no item 1.1(i) acima deixar de vigorar por força da verificação de qualquer das Condições Resolutivas; e, cumulativamente, (ii) na data em que ocorrer o disposto no item (i), a Companhia não tiver observado o Índice Financeiro, calculado nos termos da Escritura de Emissão, relativo à então mais recente Data de Referência, considerar-se-á como ocorrido o Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 7.26.2, inciso XVIII, da Escritura de Emissão, podendo os titulares das Debêntures declarar seu vencimento antecipado, observados os termos da Cláusula 7.26 e subcláusulas da Escritura de Emissão.

### **1.3 Autorização para o Agente Fiduciário e a Companhia**

- 1.3.1** O item 1.1(ii) acima visa à autorização para que o Agente Fiduciário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas.

## **2. Justificativa**

A Companhia esclarece aos Debenturistas que a necessidade das deliberações previstas na ordem do dia da Assembleia Geral de Debenturistas ora propostas decorrem das incertezas e dos impactos econômicos e operacionais causados em seus negócios, na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais como resultado da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) derivada do novo coronavírus (COVID-19).

A Companhia está monitorando diariamente suas unidades no Brasil e no exterior buscando adequar suas atividades em função do volume demandado por seus clientes e das exigências e recomendações emitidas pelas autoridades locais competentes. Neste sentido, conforme fato relevante divulgado em 20 de março de 2020, a fim de preservar a saúde de todos os colaboradores e seus familiares e combater a propagação da COVID-19, foram adotados protocolos estabelecidos de acordo com as orientações dos órgãos competentes de cada localidade em que a Companhia atua. Adicionalmente, as viagens nacionais e internacionais foram canceladas, as reuniões presenciais estão sendo substituídas por videoconferências, o acesso de terceiros às unidades da Companhia foi restringido e o regime de trabalho vem sendo ajustado, com o objetivo de evitar ao máximo a concentração de pessoas no mesmo ambiente. Assim, novas medidas estão sendo avaliadas e adotadas gradualmente, tais como reforço de caixa, redução de jornada, férias coletivas e/ou seletivas, variando conforme a unidade de negócio e a localidade em que está situada.

As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas se fazem necessárias para que a Companhia possa continuar a cumprir com suas obrigações financeiras sem que haja qualquer Evento de Inadimplemento em decorrência da eventual não observância, pela Companhia, do Índice Financeiro previsto na Escritura de Emissão.

## **3. Documentos e Informações Necessários à Análise desta Proposta da Administração**

O documento necessário à análise desta Proposta de Administração, qual seja, a Escritura de Emissão, está disponível para consulta nas páginas da Companhia (<http://www.iochpe.com.br>), do Agente Fiduciário (<http://www.pentagonotrustee.com.br>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da CVM (<http://www.cvm.gov.br> – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores e na sede social da Companhia.

Esta Proposta da Administração poderá ser posteriormente complementada pela Administração da Companhia, até a data da Assembleia Geral de Debenturistas, caso necessário, inclusive se forem indispensáveis esclarecimentos adicionais, ou se verificar a necessidade de aprimoramento de pontos objeto da presente Proposta da Administração.

## **4. Instruções Gerais para Participação na Assembleia Geral de Debenturistas**

### **4.1 Participação por Meio de Instrução de Voto a Distância**

#### **4.1.1 Orientações de Preenchimento da Instrução de Voto**

O Debenturista poderá exercer seu direito de voto por meio de instrução de voto a distância, nos termos da Instrução da CVM n.º 625, de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM 625"), através do preenchimento da Instrução de Voto a Distância, conforme modelo constante do **Anexo I** desta



Proposta da Administração ("Instrução de Voto"), de acordo com as orientações constantes desta Proposta da Administração.

Para que a Instrução de Voto seja considerada válida e os votos ali proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral de Debenturistas:

- (i) todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de endereço eletrônico e telefone para eventuais contatos deverão ser preenchidos;
- (ii) o voto deverá ser assinalado apenas em um dos campos (aprovação, rejeição ou abstenção);
- (iii) ao final, o Debenturista ou seu(s) representante(s) legal(is) deverá(ão) assinar a Instrução de Voto; e
- (iv) a entrega da Instrução de Voto deverá observar a regulamentação aplicável, assim como as orientações abaixo.

#### **4.1.2 Orientações de Envio da Instrução de Voto**

O Debenturista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá preencher e enviar a Instrução de Voto e demais documentos abaixo indicados, conforme orientações a seguir:

- (i) Instrução de Voto devidamente preenchida, rubricada e assinada. Não será exigido o reconhecimento de firma de assinaturas, notariação ou consularização na Instrução de Voto.
- (ii) Documentos:
  - (a) quando pessoa física, documento de identidade válido com foto (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);
  - (b) quando pessoa jurídica, (I) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (II) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (III) documento de identidade válido com foto do representante legal;
  - (c) quando fundo de investimento, (I) último regulamento consolidado do fundo; (II) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (III) documento de identidade válido com foto do representante legal;
  - (d) caso qualquer dos Debenturistas indicados nas alíneas (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. Não será exigido o reconhecimento de firma de assinaturas, notariação ou consularização em tal procuração.

O envio da Instrução de Voto e dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizado até 1 (um) dia antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ou seja, até 25 de junho de 2020 (inclusive), para o endereço eletrônico [assembleia@iochpe.com.br](mailto:assembleia@iochpe.com.br), com cópia para o endereço eletrônico [assembleias@pentagonotrustee.com.br](mailto:assembleias@pentagonotrustee.com.br).

Caso a Companhia e o Agente Fiduciário recebam mais de uma Instrução de Voto do mesmo Debenturista, será considerada, para fins de contagem de votos na Assembleia Geral de Debenturistas, a Instrução de Voto mais recente enviada por tal Debenturista.

A Instrução de Voto e os documentos que a acompanham deverão observar o formato PDF e o limite de até 20 MB para envio dos anexos.

A efetiva data de recebimento do voto será a data de recebimento, pela Companhia, da Instrução de Voto e de todos os documentos que a acompanham, em formato eletrônico, conforme indicado acima.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto e esta for considerada válida receberá, no endereço de correio eletrônico nela indicado, o convite individual para, caso seja do seu interesse, participar na Assembleia Geral de Debenturistas por meio digital na forma prevista no item 4.2 abaixo.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto e esta for considerada válida não precisará acessar o *link* para participação digital da Assembleia Geral de Debenturistas, sendo sua participação e voto computados de forma automática, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia Geral de Debenturistas, na forma prevista no artigo 3º, § 4º, inciso I, da Instrução CVM 625. Contudo, será desconsiderada a Instrução de Voto anteriormente enviada por tal Debenturista ou por seu representante legal, caso este participe da Assembleia Geral de Debenturistas através de acesso ao *link* e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no artigo 3º, § 4º, inciso II, no artigo 7º, § 1º, e no artigo 9º, inciso I, todos da Instrução CVM 625.

#### **4.2 Participação e Voto a Distância Durante a Assembleia Geral de Debenturistas por Meio de Sistema Eletrônico**

A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams ou outro sistema equivalente, que possibilitará a participação e voto a distância dos Debenturistas por meio digital, conforme estabelecido na Instrução CVM 625.

Por força dos termos da Instrução CVM 625, o conteúdo da Assembleia Geral de Debenturistas será gravado pela Companhia, e os participantes deverão manter suas câmeras ligadas de forma a garantir a autenticidade das comunicações.

Para participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas deverão enviar até 1 (um) dia antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ou seja, até 25 de junho de 2020 (inclusive), para o endereço eletrônico [assembleia@iochpe.com.br](mailto:assembleia@iochpe.com.br), com cópia para o endereço eletrônico [assembleias@pentagonotrustee.com.br](mailto:assembleias@pentagonotrustee.com.br):

- (i) a confirmação de sua participação e endereço de correio eletrônico para o qual será enviado o convite individual para sua participação na Assembleia Geral de Debenturistas;
- (ii) a indicação do(s) representante(s) legal(is) que participará(ão) da Assembleia Geral de Debenturistas, informando seu CPF, telefone e endereço eletrônico para contato;
- (iii) os seguintes documentos:
  - (a) quando pessoa física, documento de identidade válido com foto (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação

(CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);

- (b) quando pessoa jurídica, (I) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (II) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (III) documento de identidade válido com foto do representante legal;
- (c) quando fundo de investimento, (I) último regulamento consolidado do fundo; (II) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (III) documento de identidade válido com foto do representante legal;
- (d) caso qualquer dos Debenturistas indicados nas alíneas (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. Não será exigido o reconhecimento de firma de assinaturas, notariação ou consularização em tal procuração.

A Companhia enviará por correio eletrônico, preferencialmente, em até 1 (um) dia antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, as instruções de acesso ao sistema eletrônico e respectivas senhas para os Debenturistas que tiverem realizado seu cadastro, conforme acima indicado.

Caso determinado Debenturista não receba o convite individual para participação na Assembleia Geral de Debenturistas com até 3 (três) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 11 5508-3830, a partir das 8:00 horas, na data da Assembleia Geral de Debenturistas, e com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

A Companhia recomenda que os Debenturistas acessem o sistema eletrônico Microsoft Teams ou outro sistema equivalente que venha a ser informado pela Companhia, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas a fim de evitar eventuais problemas operacionais com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas e que os Debenturistas se familiarizem previamente com o referido sistema eletrônico.

**A Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os Debenturistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico Microsoft Teams ou outro sistema equivalente, conforme o caso, com o equipamento do Debenturista).**

A Companhia coloca-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Cruzeiro, 10 de junho de 2020.

**Iochpe-Maxion S.A.**

Elcio Mitsuhiro Ito  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**ANEXO I**  
**INSTRUÇÃO DE VOTO A DISTÂNCIA**

**IOCHPE-MAXION S.A.**  
**Companhia Aberta de Capital Autorizado**  
**CNPJ n.º 61.156.113/0001-75**  
**NIRE 35.300.014.022**

**INSTRUÇÃO DE VOTO A DISTÂNCIA**

**ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA NONA EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA, DE IOCHPE-MAXION S.A.**

Nome/Denominação do Debenturista:	
CPF/CNPJ do Debenturista:	
E-mail do Debenturista:	
Telefones para Contato:	

Termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta instrução de voto a distância ("Instrução de Voto") da Assembleia Geral de Debenturistas da **Nona** Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, de Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), a ser realizada em **26 de junho de 2020, às 11h**, conforme edital de convocação divulgado em 10 de junho de 2020 ("Assembleia Geral de Debenturistas"), que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Nona Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 9 de janeiro de 2019, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), conforme aditado em 11 de fevereiro de 2019 ("Escritura de Emissão").

---

**ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO**

Esta Instrução de Voto deve ser preenchida caso o Debenturista opte por exercer seu direito de voto por meio de instrução de voto a distância, nos termos da Instrução da CVM n.º 625, de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM 625").

Para que esta Instrução de Voto seja considerada válida e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral de Debenturistas:

- (i) todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de endereço eletrônico e telefone para eventuais contatos deverão ser preenchidos;
- (ii) o voto deverá ser assinalado apenas em um dos campos (aprovação, rejeição ou abstenção);
- (iii) ao final, o Debenturista ou seu(s) representante(s) legal(is), deverá(ão) assinar esta Instrução de Voto; e

- (iv) a entrega desta Instrução de Voto deverá observar a regulamentação aplicável, assim como as orientações abaixo.

---

## **ORIENTAÇÕES DE ENVIO DA INSTRUÇÃO DE VOTO**

O Debenturista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá preencher e enviar a presente Instrução de Voto e demais documentos abaixo indicados, conforme orientações a seguir:

- (i) Instrução de Voto devidamente preenchida, rubricada e assinada. Não será exigido o reconhecimento de firma de assinaturas, notariação ou consularização na Instrução de Voto.
- (ii) Documentos:
  - (a) quando pessoa física, documento de identidade válido com foto (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);
  - (b) quando pessoa jurídica, (I) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (II) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (III) documento de identidade válido com foto do representante legal;
  - (c) quando fundo de investimento, (I) último regulamento consolidado do fundo; (II) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (III) documento de identidade válido com foto do representante legal;
  - (d) caso qualquer dos Debenturistas indicados nas alíneas (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. Não será exigido o reconhecimento de firma de assinaturas, notariação ou consularização em tal procuração.

O envio da Instrução de Voto e dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizado até 1 (um) dia antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ou seja, até 25 de junho de 2020 (inclusive), para o endereço eletrônico [assembleia@iochpe.com.br](mailto:assembleia@iochpe.com.br), com cópia para o endereço eletrônico [assembleias@pentagonotrustee.com.br](mailto:assembleias@pentagonotrustee.com.br).

Caso a Companhia e o Agente Fiduciário recebam mais de uma Instrução de Voto do mesmo Debenturista, será considerada, para fins de contagem de votos na Assembleia Geral de Debenturistas, a Instrução de Voto mais recente enviada por tal Debenturista.

A Instrução de Voto e os documentos que a acompanham deverão observar o formato PDF e o limite de até 20 MB para envio dos anexos.

A efetiva data de recebimento do voto será a data de recebimento, pela Companhia, da Instrução de Voto e de todos os documentos que a acompanham, em formato eletrônico, conforme indicado acima.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto e esta for considerada válida não precisará acessar o *link* para participação digital da Assembleia Geral de Debenturistas, sendo sua participação e voto computados de forma automática, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia Geral de Debenturistas, na forma prevista no artigo 3º, § 4º, inciso I, da Instrução CVM 625. Contudo, será desconsiderada a Instrução de Voto anteriormente enviada por tal Debenturista ou por seu representante legal, caso este participe da Assembleia Geral de Debenturistas através de acesso ao *link* e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no artigo 3º, § 4º, inciso II, no artigo 7º, § 1º, e no artigo 9º, inciso I, todos da Instrução CVM 625.

A Companhia coloca-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

---

## DELIBERAÇÕES

Manifestação de voto:

1. Aprovação da concessão de renúncia e perdão temporários prévios para a eventual não observância do Índice Financeiro pela Companhia, com relação às Datas de Referência de 30 de junho de 2020, 31 de dezembro de 2020, 30 de junho de 2021, 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 ("Período da Renúncia"), sem que haja a configuração do Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 7.26.2, inciso XVIII, da Escritura de Emissão, com a observância das condições resolutivas, nos termos do artigo 127 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil) ("Condições Resolutivas"), disponibilizadas através da Proposta da Administração para a Assembleia Geral de Debenturistas divulgada pela Companhia em 10 de junho de 2020, disponível para consulta nas páginas da Companhia (<http://www.iochpe.com.br>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da CVM (<http://www.cvm.gov.br> – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores e na sede social da Companhia ("Proposta da Administração"), de modo que a deliberação prevista neste item deixará de vigorar a partir da data de verificação de qualquer das Condições Resolutivas, sem qualquer efeito retroativo.

☐ **Aprovar** ☐ **Rejeitar** ☐ **Abster-se**

2. Autorização para que o Agente Fiduciário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas.

☐ **Aprovar** ☐ **Rejeitar** ☐ **Abster-se**

Local:	
Data:	
Assinatura:	